

As manifestações de 2013 e o surgimento de uma nova direita no Brasil

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.010-021>

Carlos Eduardo de Assis Borges

Pós-Graduado em Política Internacional.

Instituição: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP - SP) Endereço: São Paulo - São Paulo, Brasil

E-mail: c272777@g.unicamp.br

RESUMO

Este estudo oferece uma análise abrangente das manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil e seu impacto na configuração política do país. Inicialmente, as manifestações foram contextualizadas dentro de um cenário de desigualdades sociais, corrupção e insatisfação generalizada com o sistema político vigente. O Movimento Passe Livre (MPL) nasce como um símbolo dessa mobilização, impulsionado pela indignação popular e pela organização descentralizada facilitada pelas redes sociais. Ganha-se destaque a narrativa de uma nova direita, caracterizada pelo repúdio à política tradicional e à corrupção. O objetivo da pesquisa foi a revisão da literatura existente sobre esses eventos, investigando os fatores desencadeantes, realizando uma análise do discurso anti-política e avaliando as implicações para a democracia brasileira. Por meio de uma metodologia que incluiu fontes acadêmicas, artigos científicos e análises políticas, buscou-se proporcionar uma compreensão aprofundada das dinâmicas políticas que moldaram o Brasil contemporâneo, refletindo sobre os desafios e oportunidades para o futuro do país.

Palavras-chave: Manifestações de 2013 no Brasil, Nova Direita, Discurso Anti-política, Golpe de 2016, Bolsonarismo.

1 INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 foram um fenômeno que irrompeu em um Brasil imerso em uma efervescência social e política. Embora o país experimentasse um período de crescimento econômico impulsionado pela ascensão da classe média e pelos programas sociais implementados durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), essa prosperidade aparente era contrastada por profundas desigualdades sociais, corrupção endêmica e falhas estruturais no sistema político e nos serviços públicos. O reajuste das tarifas de transporte público, principalmente em São Paulo, funcionou como o estopim que deu início às manifestações, que tinham raízes em uma insatisfação acumulada ao longo do tempo, alimentada pelo alto custo de vida, pela precariedade dos serviços públicos, pela corrupção generalizada e pela percepção de negligência dos governantes em relação às demandas da população (Schreiber, 2013).

Essas manifestações se tornaram um caldeirão de indignação e frustração, reunindo uma multiplicidade de vozes e reivindicações. Jovens, trabalhadores, estudantes, ativistas e diversos setores da sociedade brasileira se uniram nas ruas para exigir mudanças profundas no sistema político e nas políticas públicas. O MPL, inicialmente responsável pela convocação dos protestos em São Paulo, rapidamente se transformou em um símbolo dessa mobilização, inspirando manifestações em todo o país. A natureza espontânea e descentralizada desses protestos foi evidenciada, destacando o papel fundamental das redes sociais na organização e mobilização dos participantes. As plataformas digitais possibilitaram uma rápida disseminação de informações e a coordenação eficiente de atividades em várias localidades. Esse aspecto horizontal e democrático das manifestações desempenhou um papel significativo em sua abrangência e impacto, desafiando as estruturas de poder estabelecidas e facilitando o surgimento de novas modalidades de participação política e envolvimento cívico (Mello, 2023).

No contexto desses protestos, surgiram diferentes narrativas e discursos que buscavam dar sentido e direção às manifestações. Uma dessas narrativas foi a emergência de uma nova direita no Brasil, caracterizada pelo repúdio à política tradicional, aos partidos de esquerda e à corrupção. Esse fenômeno refletiu não apenas o descontentamento com o governo do PT, mas também uma rejeição mais ampla às instituições políticas estabelecidas e uma busca por alternativas fora do espectro político convencional (Scherer-Warren, 2014). É nesse contexto de efervescência política e social que se insere a relevância de compreender as manifestações de 2013 e seu impacto no surgimento de uma nova direita no Brasil.

Diante desse cenário, surge algumas indagações: qual foi o verdadeiro impacto das manifestações de 2013 na configuração do cenário político brasileiro, especialmente no que concerne ao surgimento de uma nova direita no país? O discurso anti-política, anti-partido e anti-esquerda que ganhou proeminência durante esses eventos teve implicações profundas para o futuro da democracia

brasileira, culminando na consolidação do golpe em 2016. Sem o golpe, as reformas da previdência e trabalhista teriam sido aprovadas?

A compreensão desses eventos e de suas consequências é fundamental para contextualizar o atual panorama político brasileiro. A emergência de uma nova direita, a ascensão do bolsonarismo e o desmoronamento do PSDB em São Paulo são fenômenos que têm raízes profundas nas manifestações de 2013. Compreender o papel desses eventos na transformação do espectro político brasileiro é crucial para entender as dinâmicas de poder e as disputas ideológicas que moldaram o país nas últimas décadas.

Assim, o objetivo deste artigo é realizar uma revisão de literatura abrangente sobre as manifestações de 2013 e suas implicações para o cenário político brasileiro. Pretende-se investigar os fatores que desencadearam esses protestos, analisar o discurso anti-política que emergiu durante esses eventos e compreender suas repercussões para a democracia brasileira. Além disso, busca-se examinar criticamente o papel do golpe de 2016 na consolidação dessa nova direita e seu impacto nas reformas políticas e econômicas subsequentes. Por meio dessa análise, espera-se contribuir para o entendimento das complexas dinâmicas políticas que moldaram o Brasil contemporâneo e refletir sobre os desafios e possibilidades para o futuro do país.

2 CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013

Para realizar esta revisão de literatura, foram utilizadas fontes acadêmicas, artigos científicos, reportagens e análises políticas disponíveis em bases de dados acadêmicas, bibliotecas online e plataformas digitais. A pesquisa foi conduzida utilizando palavras-chave relacionadas ao tema, como "manifestações de 2013 no Brasil", "nova direita", "discurso anti-política", "golpe de 2016", "bolsonarismo", entre outras. Os textos selecionados foram analisados criticamente para identificar tendências, padrões e conclusões comuns, a fim de construir uma narrativa abrangente sobre o tema.

No início dos anos 2000, o Brasil experimentou um período de crescimento econômico notável, impulsionado pela ascensão da classe média e pelas políticas sociais implementadas pelo PT. Conhecido como a "década de ouro" da economia brasileira, esse período testemunhou avanços significativos na redução da pobreza e na expansão do consumo. No entanto, por trás desse cenário de prosperidade, persistiam profundas desigualdades sociais, decorrentes de décadas de exclusão e negligência estatal (Speranza; Scheer, 2019).

Enquanto uma parcela da população desfrutava dos benefícios do crescimento econômico, milhões de brasileiros enfrentavam condições precárias, sem acesso adequado a serviços básicos como saúde, educação e transporte. A falta de investimentos em infraestrutura urbana, aliada à corrupção endêmica e à má gestão dos recursos públicos, contribuía para perpetuar essas desigualdades e alimentar a crescente insatisfação popular. O sistema político brasileiro também enfrentava desafios significativos de representatividade e legitimidade. Escândalos de corrupção envolvendo políticos de

diferentes partidos eram recorrentes, minando a confiança da população nas instituições democráticas. A falta de transparência e responsabilidade gerava descrença e revolta, especialmente entre os jovens e as camadas mais vulneráveis da sociedade (Moreno, 2013).

Nesse contexto, o governo do PT, apesar de seus esforços para promover inclusão social e desenvolvimento econômico, era alvo de críticas crescentes. Setores da população questionavam a eficácia das políticas sociais implementadas e denunciavam casos de corrupção envolvendo membros do partido. A percepção de que as demandas populares não estavam sendo atendidas pelos governantes contribuiu para o acúmulo de tensões e insatisfações que culminaram nas manifestações de junho de 2013 (Moreno, 2013).

De maneira concomitante, o avanço das tecnologias digitais proporcionou um cenário propício para a mobilização e coordenação de manifestações. As plataformas online viabilizavam a disseminação veloz de informações e a interação entre indivíduos situados em diferentes localidades do país. O MPL empregou-as para convocar e organizar os protestos contra o aumento das tarifas de transporte público em São Paulo. Esse uso estratégico das mídias sociais foi essencial para canalizar e amplificar a indignação e o descontentamento já presentes na sociedade brasileira, promovendo uma mobilização em escala nacional (Serra Junior; Rocha, 2013).

Portanto, as manifestações de junho de 2013 não surgiram de forma isolada, mas como resultado de anos de insatisfação acumulada e demandas reprimidas. Representaram uma ruptura com o status quo político e social, evidenciando as contradições e desafios enfrentados por uma democracia em construção. O contexto de crescimento econômico e transformações sociais profundas criou as condições para a eclosão desses protestos, marcando um momento de inflexão na história política do Brasil (Singer, 2013).

A diversidade de vozes e reivindicações presentes nas manifestações destacam a amplitude dos protestos e a multiplicidade de demandas que ecoaram nas ruas. Além da questão específica das tarifas de transporte, manifestantes levantaram bandeiras relacionadas à corrupção política, aos gastos excessivos com megaeventos esportivos, à precariedade dos serviços públicos e à violência policial, entre outros temas. Essa variedade de pautas refletiu a complexidade e a profundidade das insatisfações sociais acumuladas ao longo do tempo (Singer, 2013).

2.1 O SURGIMENTO DA NOVA DIREITA NO BRASIL

A Nova Direita se aproveitou desse contexto de desilusão e descrença generalizada na classe política, apresentando-se como uma alternativa ao sistema político dominado pelo PT. Ao criticar veementemente a corrupção, a má gestão e os supostos desvios ideológicos do PT, a Nova Direita conquistou apoio popular, especialmente entre a classe média e conservadores da sociedade. A emergência das redes sociais como ferramentas de mobilização e propaganda desempenhou um papel

essencial na difusão das ideias e valores da Nova Direita. Influenciadores digitais, blogueiros, youtubers e políticos conservadores encontraram nessas plataformas um espaço para disseminar discursos antipetistas, anticomunistas e nacionalistas, angariando seguidores e simpatizantes (Filho *et al.*, 2022).

Outro aspecto relevante para o surgimento da Nova Direita foi a crise econômica e o desgaste das políticas de esquerda implementadas pelos governos do PT. O fracasso na gestão da economia, marcado por altos índices de desemprego, baixo crescimento econômico e aumento da inflação, contribuiu para minar a confiança da população nas políticas de intervenção estatal. Além disso, o aumento da criminalidade e a percepção generalizada de insegurança fortaleceram o discurso conservador, que argumentava em favor de um Estado menos intervencionista e mais focado na segurança pública e no combate à corrupção. Essa conjuntura econômica e social instável gerou um ambiente propício para o surgimento de lideranças políticas e movimentos que se opunham às políticas de esquerda, buscando uma nova abordagem para os desafios enfrentados pelo país (Telles, 2016).

A polarização política que se intensificou nos anos seguintes às manifestações de 2013 também teve um impacto significativo no fortalecimento da Nova Direita. O embate entre esquerda e direita atingiu níveis sem precedentes, alimentando um clima de divisão e confronto na sociedade brasileira. Esse cenário polarizado criou um ambiente propício para o surgimento de lideranças políticas e movimentos conservadores que se apresentavam como antípodas do que havia sido o governo petista. O embate ideológico tornou-se ainda mais evidente nas redes sociais e na esfera pública, onde discursos inflamados e debates acalorados delineavam as linhas divisórias entre os diferentes campos políticos. Assim, a Nova Direita encontrou terreno fértil para expandir sua influência, capitalizando a insatisfação de parte da população com as políticas de esquerda e consolidando sua posição como uma força política relevante no panorama nacional (Duarte, 2023).

O surgimento da Nova Direita no Brasil foi resultado de uma conjunção de fatores, incluindo a insatisfação popular, a disseminação de ideias através das redes sociais, a crise econômica e a polarização política. Essa nova configuração do cenário político brasileiro trouxe consigo mudanças significativas na dinâmica do país, influenciando tanto as eleições quanto as políticas públicas e o debate público (Duarte, 2023).

2.2 IMPACTO DAS MANIFESTAÇÕES NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

O impacto das manifestações de 2013 no cenário político brasileiro foi profundo e duradouro, deixando marcas que se fazem sentir até os dias de hoje. Em primeiro lugar, as manifestações evidenciaram uma insatisfação generalizada da população com a classe política e as instituições estabelecidas. O clamor por mudanças estruturais no sistema político e nos serviços públicos

reverberou por todo o país, forçando uma reavaliação das práticas governamentais e das dinâmicas de poder (Ferreira; Tavares Jr., 2016).

As manifestações de 2013 exerceram uma influência substancial no desempenho eleitoral dos partidos políticos tradicionais no Brasil. O desgaste da imagem do PT, em particular, foi notável, visto que o partido estava no poder na época e foi alvo de intensas críticas durante os protestos. As manifestações revelaram uma insatisfação generalizada com a gestão petista, especialmente em relação à corrupção, à má administração e à falta de resposta eficaz às demandas populares. Em meio a esse contexto de desilusão com os partidos estabelecidos, surgiram discursos mais conservadores e antissistema que conquistaram espaço na arena política. Movimentos como o movimento liberal e o bolsonarismo emergiram como alternativas à esquerda tradicional, capitalizando o descontentamento popular e apresentando-se como defensores de valores conservadores, da ordem e da segurança (Silva, 2021).

Essas novas lideranças políticas e movimentos de direita, impulsionados pela onda de insatisfação que se seguiu às manifestações de 2013, conseguiram atrair apoio de uma parcela significativa da população brasileira. Sua ascensão foi facilitada pela polarização política crescente no país, que exacerbou as divisões ideológicas e abriu espaço para discursos mais radicais e polarizadores. Assim, é inegável que as manifestações de 2013 deixaram um legado duradouro no cenário político brasileiro, não apenas ao expor as falhas do governo petista, mas também ao abrir espaço para o surgimento e a consolidação de novas forças políticas de direita, que moldaram significativamente o panorama político nacional nos anos subsequentes (Silva, 2021).

Essa crescente polarização e desconfiança na política convulsionaram o cenário político brasileiro, culminando na crise institucional que levou ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 2016. O impeachment foi resultado de uma combinação de fatores, incluindo a pressão popular, as acusações de irregularidades fiscais e a deterioração das relações políticas entre o governo e o Congresso Nacional (Cremonese, 2016).

As acusações de irregularidades fiscais contra o governo de Dilma Rousseff referem-se principalmente às chamadas "pedaladas fiscais". Esse termo se refere a manobras contábeis realizadas pelo governo para maquiagem o verdadeiro estado das contas públicas. Basicamente, o governo adiava o repasse de recursos a bancos públicos para custear programas sociais, simulando um equilíbrio fiscal que não existia na prática. Essa prática, embora não fosse incomum na administração pública, foi considerada ilegal pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e serviu de base para as acusações de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff (Cremonese, 2016).

Quanto à deterioração das relações políticas entre o governo e o Congresso Nacional, isso se deve em grande parte à dificuldade de Dilma Rousseff em construir uma base de apoio parlamentar sólida. Após as eleições de 2014, nas quais Dilma foi reeleita, o cenário político se tornou mais

fragmentado, com o governo enfrentando dificuldades para obter apoio para suas propostas legislativas. Isso foi agravado pela crescente impopularidade de Dilma Rousseff, resultado da crise econômica e do desgaste de sua imagem devido às acusações de corrupção e às pedaladas fiscais. Como resultado, o governo enfrentou dificuldades em aprovar medidas importantes no Congresso Nacional, o que gerou um ambiente de instabilidade política e incerteza. A falta de diálogo e cooperação entre o Executivo e o Legislativo aprofundou as divisões políticas e enfraqueceu a governabilidade do país, criando as condições para o avanço do processo de impeachment. Esses eventos marcaram um período turbulento na história política brasileira e tiveram impactos duradouros nas instituições democráticas do país (Agência Senado, 2016).

2.3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O BRASIL

A especulação sobre se as reformas da previdência e trabalhista teriam sido aprovadas sem o impeachment de Dilma Rousseff é uma questão complexa e sujeita a interpretações diversas. Por um lado, é possível argumentar que o desgaste político e a instabilidade gerados pelo processo de impeachment podem ter influenciado o resultado das votações dessas reformas. A controvérsia em torno da legitimidade do governo de Michel Temer, que assumiu a presidência após o impeachment, pode ter afetado a capacidade do governo de angariar apoio para suas propostas legislativas. Por outro lado, é importante considerar que as reformas da previdência e trabalhista já estavam em discussão antes do impeachment de Dilma Rousseff e faziam parte de uma agenda econômica mais ampla, defendida por setores políticos e econômicos favoráveis a políticas de austeridade e liberalização econômica. Portanto, mesmo sem o impeachment, é possível que essas reformas ainda fossem propostas e debatidas no Congresso Nacional (Giovanaz, 2021).

O impeachment de Dilma Rousseff foi um evento político de grande impacto, que gerou uma série de consequências para o cenário político brasileiro. Sem o impeachment, é plausível supor que o processo político teria seguido um curso diferente. A intensificação da polarização política decorrente do impeachment criou um ambiente de divisão e confronto no país, o que certamente teria influenciado a dinâmica legislativa em torno das reformas da previdência e trabalhista. Essa polarização exacerbada levou a disputas partidárias acirradas, tornando mais difícil o estabelecimento de consenso político em torno das reformas propostas pelo governo Temer. A falta de coesão entre os diferentes partidos políticos e a crescente fragmentação do Congresso Nacional dificultaram a aprovação de medidas impopulares, como as reformas econômicas (Giovanaz, 2021).

Além disso, a legitimidade do governo Temer foi questionada por muitos setores da sociedade, o que pode ter prejudicado sua capacidade de liderança e negociação com o Congresso. O governo Temer enfrentou uma série de desafios, incluindo acusações de corrupção e baixa popularidade, que minaram sua autoridade e influência sobre os legisladores. Portanto, é razoável argumentar que, sem o

impeachment de Dilma Rousseff, o processo político em torno das reformas da previdência e trabalhista teria sido menos conturbado e mais favorável à aprovação das medidas propostas pelo governo. A ampliação das divergências políticas decorrentes do impeachment e dos embates partidários, somados à contestada legitimidade do governo Temer, foram elementos que provavelmente tiveram impacto no desfecho das votações das reformas (Silva, 2019).

Apesar dos desafios enfrentados pelo governo Temer, incluindo a contestação de sua legitimidade e a resistência de parte dos legisladores, as reformas foram gradualmente avançando no Congresso Nacional. Com negociações políticas e ajustes nas propostas, o governo conseguiu obter o apoio necessário para sua aprovação. As reformas da previdência e trabalhista foram consideradas medidas essenciais para enfrentar os desequilíbrios fiscais e modernizar as leis trabalhistas, buscando estimular a economia e melhorar o ambiente de negócios no país. Assim, mesmo diante dos desafios políticos e das controvérsias que cercaram o governo Temer, as reformas foram implementadas, deixando um legado significativo no cenário econômico e político do Brasil (Silva, 2019).

As reformas da previdência e trabalhista tiveram impactos econômicos significativos no Brasil. A reforma da previdência, por exemplo, buscou equilibrar as contas públicas ao propor mudanças nas regras de aposentadoria, como o aumento da idade mínima e o tempo de contribuição. Isso foi fundamental para conter o déficit previdenciário crescente e garantir a sustentabilidade do sistema a longo prazo. A reforma trabalhista promoveu alterações nas leis trabalhistas, flexibilizando alguns aspectos das relações de trabalho, como a jornada de trabalho, o banco de horas e as negociações coletivas. Essas mudanças visavam estimular a geração de empregos e a competitividade das empresas, criando um ambiente mais favorável aos investimentos e ao crescimento econômico (Castro; Nascimento; Santos, 2018).

No entanto, os impactos econômicos das reformas foram objeto de debates acalorados. Enquanto alguns defendiam que as medidas contribuíram para a retomada do crescimento econômico e a redução do desemprego, outros argumentavam que elas precarizaram as condições de trabalho e aumentaram a desigualdade social. No geral, os impactos econômicos das reformas da previdência e trabalhista foram complexos e multifacetados, afetando diferentes setores da economia e grupos sociais de maneiras distintas (Castro; Nascimento; Santos, 2018).

O início do fortalecimento do bolsonarismo e o desfacelamento do PSDB em São Paulo foram eventos que ocorreram em um ambiente de profundas transformações políticas no Brasil. O fortalecimento do bolsonarismo pode ser atribuído ao surgimento de uma nova direita no país, impulsionada pelas insatisfações sociais e políticas evidenciadas pelas manifestações de 2013. Jair Bolsonaro, com seu discurso populista e conservador, conquistou apoio especialmente entre os setores médios e conservadores da sociedade, capitalizando o descontentamento com o poder político tradicional, incluindo o próprio PSDB (Baldaia; Medeiros de Araújo; Araújo, 2021).

Por outro lado, o desfacelamento do PSDB em São Paulo, historicamente considerado o reduto do partido, refletiu uma crise de identidade e liderança. O partido enfrentou um declínio em sua representatividade e influência, resultado de uma série de fatores, incluindo escândalos de corrupção, falta de renovação de lideranças e dificuldades em se posicionar diante do cenário político polarizado. Esse enfraquecimento do PSDB abriu espaço para o fortalecimento de novas forças políticas, como o bolsonarismo, que emergiu como uma alternativa ao status quo (Braga; Franzon; Miranda, 2023).

Essas transformações políticas ocorreram em meio a uma crise da democracia no Brasil, marcada por crescentes ameaças aos princípios democráticos e às instituições republicanas. A polarização política, a disseminação de discursos antidemocráticos e os ataques à liberdade de imprensa e aos direitos civis foram sinais alarmantes dessa crise. No entanto, a eleição de 2022 representou um ponto de inflexão nesse cenário, oferecendo a oportunidade de reparar os danos causados à democracia brasileira (Braga; Franzon; Miranda, 2023).

O governo Bolsonaro, desde sua posse em 2019, foi marcado por uma agenda política de direita e conservadora, com políticas econômicas liberais, medidas controversas na área ambiental, um posicionamento ideológico tradicionalista e uma abordagem enfática na segurança pública. Ressalta-se a construção e ascensão de uma comunidade moral bolsonarista no contexto político brasileiro. Essa comunidade moral se caracteriza pela crença em valores binários que dividem o mundo em bem e mal, ético e corrupto, nacionalista e globalista, entre outros. Essa simplificação da realidade em estereótipos gerenciais é acompanhada por uma ativação de sentimentos coletivos intensos, como afeto, medo e ódio, que fortalecem o senso de pertencimento e estigmatizam os diferentes (Alonso, 2018).

A eleição de Bolsonaro é retratada como a vitória dessa comunidade moral sobre seus oponentes, em particular a "petralhada", termo pejorativo usado para se referir aos apoiadores do PT. Ao longo dos ciclos de protestos recentes e da polarização política, movimentos sociais, jornalistas, cientistas sociais e políticos contribuíram para consolidar essa comunidade moral na esfera pública, deslegitimando políticos profissionais e reforçando a ideia da corrupção como o maior problema nacional. Bolsonaro, ao se apresentar como um homem comum e membro dessa comunidade moral, conseguiu canalizar o apoio de milhões de brasileiros que se sentiram representados por sua retórica nacionalista, moralista e antielitista. Sua estratégia de comunicação, fragmentária e virulenta, encontrou eco nas formas curtas da internet e o levou ao sucesso eleitoral, liderando seus seguidores até o Palácio do Planalto (Alonso, 2018).

Jessé Souza, sociólogo brasileiro, analisa as manifestações de 2013 e sua influência no surgimento da nova direita no Brasil. Ele argumenta que esses protestos, inicialmente legítimos, foram cooptados por grupos conservadores, que usaram a retórica anticorrupção para promover uma agenda política de direita. Destaca como essas manifestações criaram um ambiente propício para a ascensão

de líderes de direita, como Jair Bolsonaro. Sua análise oferece insights sobre as origens sociais e políticas do surgimento da nova direita no país (Pires, 2018).

Lúcia Scalco, uma historiadora respeitada, investiga as origens do conservadorismo brasileiro e como essas raízes históricas influenciaram as manifestações de 2013 e o subsequente surgimento da nova direita no país. Seu trabalho destaca o papel central do conservadorismo na estruturação da sociedade brasileira e na formação de identidades políticas. Scalco argumenta que o conservadorismo brasileiro é multifacetado, refletindo uma combinação de tradições culturais, religiosas e políticas que variam ao longo do tempo e do espaço. Ela ressalta como essas visões conservadoras têm sido historicamente enraizadas em valores tradicionais, como a família, a religião e a ordem social, e como elas se manifestaram de forma única durante as manifestações de 2013 e na ascensão da nova direita. Sua pesquisa oferece uma compreensão aprofundada da complexidade do conservadorismo brasileiro e seu impacto na política contemporânea (Pinheiro-Machado; Scalco, 2020).

Em meio à análise das manifestações de 2013, destaca-se o trabalho de Pablo Ortellado, reconhecido professor e pesquisador, cuja investigação minuciosa lança luz sobre o papel fundamental desempenhado pela mídia e pelas elites políticas. Ortellado examina como a cobertura midiática e as estratégias das elites políticas influenciaram a percepção pública dos protestos e o rumo do debate político. Suas pesquisas revelam como tais dinâmicas contribuíram significativamente para o fortalecimento das posições de direita no Brasil, proporcionando uma compreensão mais profunda das complexas forças por trás do surgimento e da consolidação da nova direita no país (Ortellado, 2013; 2017).

As eleições de 2022 representaram um ponto de virada para o Brasil, delineando uma clara divisão entre os que apoiavam a continuidade das políticas do governo e aqueles que buscavam uma mudança de rumo. O resultado do pleito refletiu não apenas a avaliação do desempenho de Bolsonaro, mas também as aspirações e preocupações dos brasileiros em relação a uma série de questões, desde a economia até o meio ambiente e os direitos sociais (Rennó, 2022).

À luz dos eventos que marcaram a política brasileira nos últimos anos, é fundamental refletir sobre o futuro do país e os desafios que enfrenta. Em primeiro lugar, é necessário fortalecer as instituições democráticas e restaurar a confiança da população na política. Isso requer uma maior transparência, responsabilidade e participação cívica, bem como o fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização do poder público. É essencial promover uma agenda de reformas estruturais que aborde as desigualdades sociais, econômicas e regionais que ainda persistem no Brasil. Isso inclui medidas para melhorar a qualidade da educação, ampliar o acesso aos serviços de saúde e infraestrutura, e promover políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável. No campo político, é necessário buscar formas de reduzir a polarização e promover o diálogo e o consenso entre as diferentes forças políticas. Isso requer uma maior maturidade política e um compromisso com o bem

comum, acima dos interesses partidários e pessoais. Além disso, é fundamental enfrentar os desafios emergentes, como as mudanças climáticas, a digitalização da economia e a crescente polarização global. Isso exigirá políticas públicas inovadoras e uma abordagem colaborativa entre o governo, o setor privado e a sociedade civil (Ferraz, 2018).

4 CONCLUSÕES

As manifestações de 2013 e os subsequentes desdobramentos políticos foram catalisadores de mudanças profundas no Brasil, delineando uma nova configuração social e política. O surgimento da Nova Direita, a turbulência do processo de impeachment de Dilma Rousseff e a implementação das reformas econômicas foram apenas algumas das facetas desse período de intensa transformação. Esses eventos expuseram não apenas as questões políticas em jogo, mas também as divisões profundas na sociedade brasileira, destacando a persistência da desigualdade social, da polarização política e dos desafios econômicos.

A questão sobre a existência de uma "nova direita" é complexa e sujeita a interpretações variadas, dependendo do contexto político e social de cada país. Em muitos lugares, especialmente após períodos de instabilidade política ou econômica, é comum ver movimentos políticos que buscam aproveitar o descontentamento popular para promover ideais de direita, muitas vezes apresentando-se como uma "nova" alternativa. Esses movimentos podem ou não representar uma mudança substancial nas ideias e políticas associadas à direita tradicional. Algumas vezes, eles podem incluir elementos de renovação e adaptação às demandas e valores contemporâneos, enquanto em outros casos podem simplesmente perpetuar ideais já estabelecidas, aproveitando-se das circunstâncias para ganhar apoio.

O movimento de protestos de 2013 no Brasil, embora tenha sido amplamente diversificado em suas demandas e participação, não pode ser categoricamente definido como exclusivamente ligado à política de direita. Embora tenha havido críticas ao governo do PT e às políticas de esquerda, as manifestações também expressaram insatisfação generalizada com questões como corrupção, má qualidade dos serviços públicos e falta de representatividade política. Além disso, diversos grupos e indivíduos de diferentes orientações políticas estiveram envolvidos nos protestos, o que sugere uma complexidade ideológica e uma falta de alinhamento claro com uma única posição política. Embora algumas pautas e discursos das manifestações pudessem ser interpretados como alinhados com a direita, a diversidade de demandas e a falta de uma liderança unificada impedem uma caracterização simplista do movimento como exclusivamente de direita.

Nesse sentido, enquanto o país avança, é imperativo adotar abordagens que promovam não apenas o crescimento econômico, mas também fortaleçam a coesão social, promovam a justiça e garantam a sustentabilidade. Isso requer um compromisso renovado com a democracia, a participação cívica e a busca por soluções inclusivas e equitativas para os problemas persistentes. O Brasil não



precisa apenas de mudanças superficiais nas esferas política e econômica, mas sim de uma transformação mais profunda que garanta o bem-estar de todos os seus cidadãos e fortaleça os alicerces de uma sociedade verdadeiramente justa e resiliente.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em 08 abr. 2024.

ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista? Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BALDAIA, Fabio Peixoto Bastos; MEDEIROS ARAÚJO, Tiago; ARAÚJO, Sinval Silva de. O Bolsonarismo e o Brasil profundo: notas sobre uma pesquisa. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Anais. Salvador – Bahia: Encucult, jul. 2021.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; FRANZON Davi J; MIRANDA, Jeferson Alexandre. Transformações e crises nos partidos políticos. O caso do PSDB. Faces da História, Assis/SP, v. 10, n. 2, p. 61-86, julh.dez. 2023.

CASTRO, Rakel de; NASCIMENTO, José Shirley Pessoa do; SANTOS, Francisca Izabel A. dos. Reforma da previdência e trabalhista no Brasil: a democracia midiaticizada no pós-impeachment de 2016. Estudos em Comunicação, nº 26, vol. 2, 273-287, Maio de 2018.

CREMONESE, Dejalma. A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Campos Neutros –Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, v.1, nº3, p.70–87, Setembro–Dezembro de 2019.

DUARTE, Kamila Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. Serv. Soc. Soc., 146 (3), 2023.

FERRAZ, Vinicius Suzigan. Entre direita e esquerda: definições político-ideológicas e suas representações nos meios de comunicação. In: XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste Anais. Belo Horizonte- MG: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018.

FERREIRA, Matheus G. M; TAVARES JR., Fernando. De 2013 a 2016: as ruas e ressignificações políticas. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 22, pp. 1-159, Jul/Dez. 2016.

FILHO, Pedro de Oliveira; ARAÚJO, Jônatas Barros; SOUSA, Renan Silva de; SILVA, Simone Patrícia da; MEDEIROS, Ana Luzia Araújo; ALBUQUERQUE, Maria Luíza Sousa de; DINIZ, Gabriel Farias. A identidade da Nova Direita brasileira em narrativa de seus militantes. Psicol, USP, 33, 2022.

GIOVANAZ, Daniel. Cinco anos após impeachment, direitos trabalhistas ruíram e o emprego não veio. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/15/cinco-anos-apos-impeachment-direitos-trabalhistas-ruiram-e-o-emprego-nao-veio>>. Acesso em 08 abr. 2024.

MELLO, Daniel. Junho de 2013: entenda o cenário de insatisfação que levou a protestos. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-entenda-o-cenario-de-insatisfacao-que-levou-a-protestos>>. Acesso em 08 abr. 2024.

MORENO, Javier. Os protestos mostraram que sair da miséria é o início de mais reivindicações. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/26/politica/1385435951_832236.html>. Acesso em 08 abr. 2024.



ORTELLADO, Pablo. A negação de junho, quatro anos depois. Folha de São Paulo, 13 jun. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pabloortellado/2017/06/1892297-a-negacao-de-junho-quatro-anos-depois.shtml> Acesso em 01 ago. 2017.

_____. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDESNAIDER, Elena, et al (Org). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia M. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, Londres, v. 10, n. 1, p. 21-31, 2020.

PIRES, T. V. Jessé Souza e as interpretações do Golpe de 2016. In: FOLLMAN, J. F. *Dialogando com Jessé Souza*. São Leopoldo, Casa Leiria, 2018.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estud. av.*, 36 (106), Sep-Oct. 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

SCHREIBER, Mariana. Dez anos de junho de 2013: os efeitos dos protestos que abalaram o Brasil. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv281p5znrjo>>. Acesso em 08 abr. 2024.

SERRA JUNIOR, Gentil Cutrim; ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. A internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 205-213, jul./dez. 2013.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. Liberal na economia e conservador nos costumes. *RBCS*, v. 36, n. 107, 2021.

SILVA, Maurício Ferreira. Governo Temer: uma estratégia de retomada conservadora no Brasil. *Cuadernos de Política Exterior Argentina (Nueva Época)*, 130, pp. 21-36, diciembre 2019.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estud. CEBRAP*, 97, Nov. 2013.

SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs.) *Trabalho, democracia e direitos, volume 4: projetos políticos, movimentos organizados e debates contemporâneos [recurso eletrônico]* / Clarice Gontarski Speranza; Micaele Scheer (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

TELLES, Helcimara. *A Direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia no protesto antigoverno. Ponto e Vírgula - PUC SP*, n. 19, p. 97-125, 2016.